

NOTAS SOBRE A REDEFINIÇÃO DA EXPLORAÇÃO DOS BENS NATURAIS NO ACRE (1999-2012)

NOTES ON REDEFINITION OF THE EXPLORATION OF NATURAL RESOURCES IN ACRE (1999-2012)

Carlos Estevão Ferreira Castelo^{1*}

1. Universidade Federal do Acre/Professor Associado IV do CCJSA.
Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAC.
Professor do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFAC.

* Autor correspondente: e-mail carlos.castelo@ufac.br

RESUMO

Esse texto trata da experiência acreana com o desenvolvimento sustentável (1999-2012). Especificamente, problematiza-se sobre os contextos e as bases para uma redefinição da exploração dos bens naturais no território do Estado do Acre. São apresentadas considerações críticas sobre a transformação da ideologia da “sustentabilidade”, construída no exterior, em ações concretas de governo, e como os diversos atores locais incorporaram a ideia. O artigo também detalha a sofisticação da proposta a partir do momento em que procurou precificar e agregar valor financeiro aos recursos naturais ameaçados.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Florestania. Acre.

ABSTRACT

This paper addresses the experience of “sustainable development” in the state of Acre (1999-2012), by specifically problematizing the contexts and the bases for a redefinition of the exploitation of natural resources in the state’s territories. The study presents critical reflections on how the “sustainability” ideology, which originated abroad, was put into practice by the state government. It also demonstrates how several local actors supported the idea. Furthermore, it details how the sustainability proposal became sophisticated when it was priced, and how it added financial value to the natural resources which were threatened.

Key words: Sustainable Development. Florestania. Acre.

1. INTRODUÇÃO

Durante o período em que os militares dominavam o poder no Brasil o desenvolvimento na/para a Amazônia era sinônimo de abrir estradas e povoar suas margens. O país era concebido como “do futuro”, e o modelo modernizador, vindo de cima para baixo, caracterizava-se por um forte controle do estado sobre a economia. Na região do Acre evidências comprovam que as políticas de desenvolvimento levadas a cabo no período tornaram-se sinônimo de desmatamentos via transformação das florestas em pastos, trazendo consigo problemas sociais diversos, assassinatos, e um processo intenso de concentração de terras.

Entretanto, na última década do século 20 a configuração apresenta mudanças e, diferente da estratégia anterior, a manutenção da floresta em pé é que passou a ser símbolo de um mundo dito civilizado [1]. Defende-se a ideia que no Estado do Acre, exatamente nesse

período, teve início um processo diferente do que havia acontecido nos governos militares, mas articulado em uma mesma lógica “desenvolvimentista”. Esse novo processo foi popularizado através do neologismo “florestania”.

Nesse texto o objetivo é apresenta algumas reflexões sobre esse tempo histórico, ou seja, sobre a experiência acreana com as ideias do “desenvolvimento sustentável”. Especificamente, problematiza-se sobre os contextos e as bases que sustentaram uma redefinição da exploração dos bens naturais no território acreano orientado pela “ideologia verde”.

2. A CHEGADA AO PODER DO GOVERNO DA “FLORESTANIA”

As preocupações com “questões ambientais” apareceram na cena brasileira no final da década de 1960 (ganhando certo destaque em meados dos anos de 1980). No caso acreano, desde o governo de Geraldo Mesquita (1975-1979), sucessor imediato de Wanderley Dantas (Governador que propagandeou as terras acreanas “férteis e baratas” no centro sul), os desmatamentos e os problemas ao ambiente daí decorrentes já mereciam certa importância. Isso é apontado por [2] quando destacou a existência de preocupações desde esse período. Entretanto, as reflexões e receios não conseguiam se transformar em “políticas de governo”.

Na gestão do Governador Flaviano Melo (PMDB), iniciada em 1987, a problemática ambiental começa a aparecer no dia a dia dos acreanos de forma um pouco mais frequente, principalmente por conta da liberação de recursos para o asfaltamento da BR-364, no trecho Porto Velho (RO) - Rio Branco (AC). Entretanto, deve-se marcar que isso ocorreu devido a atuação de Chico Mendes que, nesse período, junto com seus companheiros seringueiros, participava do que ficou conhecido como “movimento de resistência contra a expropriação dos territórios”. Chico e outros seringueiros denunciavam fortemente os desmatamentos provocados pela expansão da frente agropecuária na Amazônia [2].

Mas foi somente nos anos iniciais da década de 1990 que as preocupações com as questões ambientais ganharam destaque central no debate estadual acreano, inclusive na academia. Não por acaso estavam presentes na campanha de Jorge Viana para Prefeito de Rio Branco, em 1992.

Em 1998, após uma década de repetidas derrotas para as forças políticas consideradas conservadoras, um grupo de jovens políticos liderados por Jorge Viana (filiação ao Partido dos Trabalhadores - PT) conquista o aparato político-administrativo do Estado do

Acre com um significativo apoio popular¹. Destaca-se que esse grupo de jovens reivindicava a herança do “movimento de resistência dos seringueiros”.

Na ocasião da mudança de governo os seringueiros do Acre enfrentavam problemas significativos para sobreviverem nas florestas. Então, afirmando que modificariam o cenário, os novos governantes iniciam suas atuações exatamente reforçando um discurso que revalorizava o que chamaram de “identidade seringueira”. Para isso, evidenciaram as referências culturais locais, sobretudo aquelas associadas ao que eles denominaram de “povos da floresta” (representados nas populações indígenas, seringueiras e ribeirinhas em geral).

Observa-se que o discurso de revalorização da identidade já estava presente desde a campanha de Jorge Viana para Prefeito de Rio Branco, ainda em 1992. Inclusive, foi exatamente durante a campanha para a Prefeitura Municipal que a expressão “florestania” surgiu (o neologismo que se tornaria uma espécie de marca do novo governo). Segundo o jornalista Altino Machado, em entrevista concedida para [3], o termo apareceu pela primeira vez em uma conversa travada entre um amigo seu chamado Jorge Nazaré (morreu em 1999) e Antônio Alves, na ocasião assessor da “Frente Popular do Acre” (esse foi o nome da aliança de partidos que elegeu Viana). Nazaré e Alves falavam sobre as florestas e seringueiros e, numa certa altura, Nazaré disse assim: “ah! Então isso é florestania Toinho”. Antônio Alves teria gostado da palavra e tentado desenvolver um conceito.

O termo “florestania” passou a ser utilizado na tentativa de dar conta das políticas que prometiam contornar a crise do extrativismo através da implantação de melhorias técnicas no sistema tradicional de extração do látex e da coleta de castanha (melhorias técnicas que teóricos da Universidade Federal do Acre ligados ao governo denominaram como “neoextrativismo”). Em outros termos: a crise na floresta seria minimizada pela modernização, por dentro, do extrativismo tradicional.

A “nova proposta” também buscava conter o agravamento da devastação ambiental (que acontecia no Estado, inclusive dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes e dos Projetos Agroextrativistas - PAE's). Para tanto, os novos administradores implantariam um conjunto de medidas que, associadas ao discurso de valorização das tradições, da memória e da história local, poderia reverter tendências e “tirar o Acre do atraso”.

O Acre se desenvolveria através da utilização inteligente e racional da floresta, considerada pelo Governo Estadual a única “vantagem comparativa”. O obstáculo era a

¹ A mudança no quadro político talvez tenha acontecido graças a uma ampla coalizão de doze partidos das mais variadas orientações ideológicas, incluindo o PSDB, à época arquirrival do PT em âmbito nacional.

ausência de poupança interna. A saída para viabilizar o dinheiro necessário foi recorrer a financiamentos externos em organizações multilaterais de crédito. Foi assim que no Acre “tudo virou floresta”. O próprio Governo transformou-se em “da Floresta”.

Como os credores externos eram também formuladores da ideologia do desenvolvimento “sustentável”, com os financiamentos aprovados o governo estadual não tardou para iniciar o processo de apregoamento dessa ideologia. O discurso da “sustentabilidade” transforma-se em ações efetivas de governo. Pode-se inclusive pensar, utilizando aprendizados adquiridos em [4], que o Acre, com o advento da “florestania”, estava “embarcando” em uma proposta neocolonial formatada pelos centros de pensamento das instituições multilaterais de crédito. Entretanto, não se deve perder de vista que a gênese do processo de implementação das bases para uma redefinição da exploração dos bens naturais no território acreano e, por conseguinte, de novas formas de disciplinar o território, aconteciam desde a morte do líder seringueiro Chico Mendes, em 1988 - ou mesmo antes.

A maioria da população aceitou sem quase nenhuma crítica todas as propostas apresentadas pela “florestania”. Entre os seringueiros, principalmente entre as antigas lideranças do “movimento contra a expropriação”, foram poucos os que ousaram divergir [3]. Entre as “vozes rebeldes” podem-se destacar as de Osmarino Amâncio Rodrigues (desde o início) e Dercy Teles (um pouco mais tarde).

Um aspecto que merece destaque foi o controle dos meios de comunicação, que se tornariam decisivos para o “Governo da Floresta” construir e afirmar seu “discurso identitário”, bem como implantar sem quase nenhuma ressalva sua política de desenvolvimento. Para [5], o controle da informação e das falas na esfera pública midiática se tornariam os principais instrumento de afirmação de um discurso identitário fortemente legitimador.

3. ALGUMAS AÇÕES CONCRETAS

A popularidade de Jorge Viana e de seu “Governo da Floresta” só cresciam, com poucos no Estado do Acre duvidando (ou questionando) sobre os rumos do propalado “desenvolvimento sustentável” estadual. A popularidade do Governador se devia, entre outros fatores, ao estabelecimento de um programa de obras públicas implementado nas principais cidades do Acre que, naquele momento, de fato, melhoraram as condições de vida de parte da

população urbana. Mais especificamente dos moradores da cidade de Rio Branco (a capital). Obras realizadas através dos já citados financiamentos.

Segundo dados da Secretaria de Fazenda do Estado do Acre publicados em 2011, os governos da “Frente Popular do Acre” haviam contraído até aquele ano mais de R\$ 1,6 bilhões em empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, CEF, Banco Mundial, BID, entre outros [6]. Interessante é que nos projetos apresentados, em suas justificativas, os técnicos do governo acreano repetiam como uma espécie de mantra as palavras: Chico Mendes, Xapuri e seringueiros.

Esse programa de obras (recuperação das estradas, aeroportos, escolas, delegacias e centros esportivos, etc.) gerou empregos e alguma renda para parte da população (principalmente para os empresários da Construção Civil). Como consequência, provocou benefícios no comércio (aumentos de vendas) e também na indústria local. Inclusive, ao construir boa relação com os empresários, o governador Jorge Viana viu aumentar em mais de 200% a arrecadação própria (ICMS) de seu Governo [7]. Não por acaso, a “Frente Popular do Acre” liderada por Jorge Viana conseguiu eleger a maioria dos Prefeitos do Estado nas eleições de 2004, inclusive em cidades onde o Partido dos Trabalhadores nunca havia conseguido fazer sequer um vereador [8].

No interior das matas várias iniciativas impactaram a vida das populações, uma das primeiras foi a “Lei Chico Mendes”, que se destinava a revitalização da extração de látex para produção de borracha, bem como a extração de Produtos Florestais não Madeireiros (PFNM). A medida previa um pagamento adicional por quilo de borracha para aqueles que tivessem seus documentos e fossem membros de associações de produtores legalmente constituídas.

A política de subsídios para a produção de borracha foi implantada no Acre pela Lei 1.277, de 13 de janeiro de 1999. Inicialmente, entre 1999 e 2001, o pagamento foi de R\$ 0,40 por quilo de borracha. A partir de 2002 esse valor subiu para R\$ 0,60 e em 2003 foi novamente reajustado para R\$ 0,70. Entre 1999 e 2006 houve um aumento médio de 49,62% no preço pago ao produtor, levando em conta o preço praticado no mercado. Entre os Municípios mais beneficiados com o programa de subsídio destacam-se Rio Branco, com 17,71% do valor investido, seguido por Xapuri, com 14,17% e Sena Madureira com 13,75%. O programa de subsídio para a produção de borracha no Acre foi uma resposta do governo estadual ao declínio da produção extrativista resultante da extinção do subsídio federal no início do governo Collor, em 1990. O fim do subsídio federal provocou uma crise sem precedentes nas áreas extrativistas do Acre. Uma dos aspectos negativos mais evidentes da crise foi a pressão migratória para os principais centros urbanos do Estado, principalmente a capital, Rio Branco. Muitos extrativistas que permaneceram na floresta abandonam a atividade para se tornar pequenos agricultores. Entretanto, a dificuldade de escoamento da produção agrícola das áreas extrativistas inviabilizou a permanência da maioria deles em suas propriedades, que foram vendidas para especuladores e fazendeiros. Com isso, vastas extensões de florestas nativas foram rapidamente convertidas em áreas de pastagens, especialmente na região leste do Estado [9]

Além dessa Lei, o “Governo da Floresta” criou organizações para se concentrarem no apoio da produção florestal e no marketing das empresas cujos produtos possuísem alguma relação com a política que se iniciava. Política que, como já assinalado, definia a exploração “racional da floresta” como uma espécie de saída única para o Estado se desenvolver de forma “sustentável”. Criou-se a Secretaria de Estado de Florestas e Extrativismo (SEFE); uma rede de cooperativas regionais ligadas a uma organização de nível estadual denominada Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE); a Agência de Negócios do Acre (ANAC), entre outras. Para [10], a COOPERACRE foi pensada e criada pelo Governo com objetivo se tornar um modelo moderno de organização no cenário extrativista do Estado.

Em 07 de abril de 2008 a “florestania”, já comandado pelo Governador Binho Marques, inaugurava em Xapuri uma fábrica de preservativos (a NATEX). Empreendimento que provocou impactos significativos na vida dos seringueiros da região, principalmente quando iniciou a compra do látex dos mesmos. A fábrica foi implantada visando produzir preservativos para venda exclusiva ao Ministério da Saúde do Governo Federal.

Além da NATEX, fábricas de processamento de castanha também foram estabelecidas com recursos públicos. Como também fortes investimentos e incentivos no manejo “sustentável” de madeira. Inclusive, em função do manejo madeireiro, criou-se na cidade de Xapuri um “polo de indústrias florestais”, que segundo o discurso oficial tinha como objetivo processar madeira proveniente das “áreas protegidas”. O maior investimento centrou-se na implantação de uma “fábrica de pisos de madeira de alta tecnologia” – “fábricas de tacos”.

Para além das políticas que procuraram promover a modernização nas práticas extrativistas (agora com a roupagem de um extrativismo renovado, ou “neoextrativismo”), o Estado investiu na celebração de uma história única enraizada na floresta que, segundo seus idealizadores, tinha como meta melhorar a autoestima dos habitantes das matas, anteriormente conceituados como “invisíveis, pobres e atrasados”. Nesse sentido, na capital Rio Branco, realizou-se um conjunto de obras de revitalização do centro histórico da cidade (palácios, museus, bibliotecas, parques e mercados). Investimentos que celebravam forte sentido da autonomia do Estado, bem como a história dos seringueiros e suas capacidades de mobilização política. Tudo simbolizado pelas imagens de Chico Mendes (Chico agora era herói). Ações que conduz à reflexão sobre a questão dos usos políticos da memória, percebido através dos “lugares da memória” - pensando aqui no que [11] fala sobre a tentativa de fixar

um estado de coisas - nas medalhas comemorativas, nos prêmios e praças em que se inscreve um passado idealizado em nosso presente.

Construíram, por exemplo, o parque Chico Mendes; um estádio “moderno” chamado “Arena da Floresta”; uma biblioteca pública denominada “Biblioteca da Floresta”, e reformaram o centro comercial histórico datado do “boom da borracha” (que passou a ser denominado de “Novo Mercado Velho”). Além disso, o Governo criou o Prêmio “Chico Mendes de Florestania” que passou a ser concedido a cada ano no aniversário da morte do líder seringueiro. No ano de 2009 o governo lançou outro grande programa chamado “Floresta Digital”, com o objetivo de fornecer acesso gratuito à internet sem fio para as cidades de todo o Estado (internet que, infelizmente, nunca funcionou corretamente).

4. O PAPEL DAS ONG'S, BANCO MUNDIAL, BID E PPG-7

Após o assassinato de Chico Mendes foi notório o processo de intensificação da chamada “onda verde” em terras acreanas. Intensificação fortemente relacionada com a atuação das agências e organizações não governamentais que passaram a exercer fortes influências e, inclusive, pautarem os movimentos sociais (referência, principalmente, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri - STTR e ao Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS). Nesse processo, acredita-se merecer destaque a atuação do Banco Mundial.

Foi este banco a organização que atuou de forma mais forte e decisiva como uma espécie de núcleo estruturante da nova forma de disciplinamento do território. Não só no Acre, deve-se assinalar, mas em toda a Amazônia Brasileira. Exatamente a mesma instituição que se tornaria, a partir de 1999, um dos principais financiadores do “Governo da Floresta”.

O Banco Mundial já havia efetivado intervenções importantes na Amazônia, através do Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste (POLONOROESTE) e do Programa Grande Carajás - PGC [12], entretanto, havia se retirado temporariamente (referência à suspensão de alguns financiamentos motivados por críticas de ambientalistas). Mas, no início década de 1990, o banco volta novamente suas atenções para a região (e com eles todos seus parceiros ocidentais). Agora, com um discurso que (re)considerava a importância do ambiente e das população locais, na implementação das políticas que recomendava. Observa-se que nesse mesmo tempo a ideologia da globalização já dominava fortemente a cena internacional.

Em 1990 lança-se a iniciativa denominada Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). Um programa concebido na cúpula do G-7, em Huston, cujos formuladores buscavam demonstrar certa determinação dos ditos “industrializados” na eliminação da destruição das florestas tropicais, respeitando a soberania nacional dos países “em desenvolvimento” que possuíssem grande biodiversidade (segundo o discurso apresentado pelos agentes da época). Esse suposto forte compromisso em favor das florestas, na visão de [12] “[...] era inspirado e projetado dentro do quadro político-econômico dominante”. Ou seja, a saída apresentada baseava-se na “economia de mercado”. Saída que constituir-se-ia, segundo o que se anunciava, na melhor solução para o problema da destruição do ambiente e, também, para sua conservação.

Em realidade, a proposta apontada tentava dar outra coloração para um conjunto de ações que na Amazônia (e no Acre), desde o pós-segunda guerra, marcaram profundamente o modo de vida constituído, imprimindo o que Aníbal Quijano e outros autores chamam de “colonialidade”. Não se considerava (ou se considerava apenas no discurso), que a preservação e/ou conservação da biodiversidade poderiam também ser possível através de formas alternativas ao quadro político-econômico dominante. Através de formas alternativas e com uma verdadeira valorização dos conhecimentos camponeses, seringueiros e indígenas. Conhecimentos que, paradoxalmente, se encontram ameaçadas pela intervenção crescente da ciência moderna (Santos & Meneses, 2009).

O PPG-7 iniciou sua operacionalização no Brasil em 1994. Teve uma primeira fase concluída em 1999, mas continuou atuando até 2009 [12]. No bojo das diversas propostas apresentadas por esse programa é possível encontrar iniciativas como a disponibilização de financiamentos dirigidos para a região Amazônica. Dessa maneira, exatamente para aproveitar essas “ofertas”, foi que o “Governo da Floresta” fez uma política harmonizada com os organismos internacionais, como bem afirmou [13] e [1], ao sustentarem que o Governo adotou a estratégia de assimilação do discurso do “desenvolvimento sustentável”.

O Banco Mundial, o BID, e conseqüentemente o G-7, passaram, então, a conduzir e a disciplinar de forma mais intensa as maneiras de exploração e uso do território acreano, através da influência e dos financiamentos das políticas públicas estaduais. Tudo regido pela “batuta” da economia de mercado.

Conforme salientou [14] “[...] o Brasil configurava-se (e ainda configura-se) como uma das maiores potências ambientais do planeta, concentrando um banco genético estratégico pela sua biodiversidade, notadamente pelas suas extensas florestas tropicais

localizadas na Amazônia”. Portando, seria até ingenuidade acreditar que iniciativa como a do PPG-7 tratou-se, apenas, de um gesto altruísta dos “desenvolvidos” em favor dos “em desenvolvimento”.

Por isso, não parece absurdo aventar sobre as novas possibilidades e interesses da economia mundial pela Amazônia Brasileira. Interesses cujas origens são longínquas. Portanto, no caso do Acre, afirma-se, concordando com [15], que se intensificou na região no período o que esse autor chamou de “mercantilização da natureza”. Argumentos a esse respeito são apresentados pelo mesmo em seu trabalho de 2003 (e em publicações posteriores). Não significando dizer com isso que, antes, a Amazônia não era (ou havia sido) mercantilizada. Até porque, desde os momentos iniciais de expansão do modo capitalista de produção se privatizava a terra e mercantilizam-se os “bens naturais”. O que [15] chama de “mercantilização” refere-se a um processo mais acelerado que leva ao limite a exploração para fins mercadológicos dos chamados “bens naturais”. Inclusive os bens imateriais como o conhecimento via patentes.

No caso do Acre são ricas as fontes escritas sinalizando que todo esse processo foi fortemente influenciado pela atuação de ONG’s e agências diversas como a World Wildlife Fund (WWF) e a Fundação Ford, entre outras. Organizações que, mesmo antes do “Governo da Florestania” assumir, já se faziam presentes na região.

Um exemplo dessa presença anterior são os financiamentos realizados para a Cooperativa de Xapuri (CAEX). De acordo com [16] a Cooperativa de Xapuri/AC recebeu apoio e financiamento de ONG’s e entidades governamentais, entre elas a Cultural Survival; a Fundação Ford; Fundação Inter-Americana; WWF; BID; Novib; Ecotec; BNDES, e IBAMA. Esses recursos financiaram, por exemplo, a construção da “Usina de Beneficiamento de Castanha Chico Mendes”, fundada em 1990, como também proporcionaram assistência técnica aos seringueiros.

Sobre as ONG’s, [17] aponta que na Amazônia Ocidental muitas atuaram (e continuam atuando) como verdadeiros “[...] agentes do imperialismo”. Em sua tese de doutoramento, essa autora procurou mostrar que as ONG’s atuantes na região são muito bem articuladas com as organizações imperialistas. Organizações que, inclusive, determinam a estratégia de ações das mesmas nos “países dominados”.

Para [17] “as ONG’s funcionam como agentes táticos da estratégia para apropriação de recursos da biodiversidade”. Em sua análise, escreveu que:

[...] as articulações destas grandes ONGs com organizações imperialistas, por sua vez, determinam a estratégia que as ONGs devem colocar em prática. Ou seja, as ONGs principalmente em sua ação nos países dominados, são os agentes táticos da estratégia para a apropriação de recursos da biodiversidade; para isto atuam na delimitação de áreas de preservação e em projetos nas comunidades dos países em áreas de florestas tropicais. A vinculação das ONGs com uma das principais organizações do imperialismo, a USAID, é definida ainda em 1994, dois anos depois da Eco-92, onde também ocorreu o fórum das ONGs. A USAID traçou programas e políticas de preservação ambiental para todos os locais de floresta tropical e elegeu grandes ONGs, como a WWF, CI, TNC, AWF e a WCS como seus principais “agentes”. Suas atividades são encontradas no Brasil e em vários países da América Latina e Caribe, além de atuarem no Quênia, Tanzânia, Madagascar, Filipinas, Indonésia, Mongólia, Nepal, Vietnã, Moçambique e em outros. O Brasil recebe 33% de todos os recursos destinados para projetos de preservação da biodiversidade, cifra que corresponde ao dobro do segundo colocado, o México. Isto se deve ao fato de as imensas riquezas da Amazônia brasileira terem sido alvo do saque e pirataria do colonizador há séculos.

Portanto, para [17] e [15], no caso das organizações (governamentais e não governamentais), as mesmas atuaram em um processo de mediação que tentou transformar os seringueiros em produtores para o mercado. Processo claramente intensificado a partir de 1999 com a chegada do “Governo da Floresta” ao poder estadual e a natureza de seus investimentos.

5. RISCOS, IMPACTOS, PREJUÍZOS E ESTRATÉGIAS DO CAPITAL RESULTADO DO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E REPRODUÇÃO DO DISCURSO DO “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” NA POLÍTICA LOCAL ACREANA

Como demonstrado, o discurso do “desenvolvimento sustentável” foi adaptado e reproduzido na política local acreana a partir de 1999. Um dos resultados do processo foi uma forte influência ideológica que só conseguia conceber a conservação da natureza através de critérios mercadológicos. Nesse contexto, um aspecto bastante importante merece ser destacado: a partir desse período um conjunto de agentes passou a atuar substituindo sujeitos principais. Quem passou a falar pelo Acre sobre as florestas, e sobre a vida nas florestas, eram as ONG’s e os políticos. Pouco ou quase nada se ouvia da voz do líder indígena ou do líder seringueiro. As comunidades tradicionais estavam diante de uma tremenda perda de protagonismo.

Dona Cecilia Teixeira do Nascimento, seringueira mãe de 19 filhos (sendo 15 “criados”), que morava no PAE Cachoeira em Xapuri (morava, pois morreu em junho de 2013), conceder relato na varanda de sua casa simples na “colocação Fazendinha” para [3].

Falou sobre como era sua vida na floresta e com enorme sabedoria sinalizou sobre a inferência feita acima. Sua voz potente, apesar da idade, deixa transparecer claramente a fragilidade e a perda do protagonismo dos seringueiros e seringueiras nessa região do Acre. Perdeu protagonismo no campo econômico e político, bem como a capacidade para fazer ouvir e ecoar as vozes da floresta.

O fragmento abaixo do relato de Dona Cecília, configura a subjugação das pessoas aos discursos dominantes:

Como é a vida de hoje? A vida de hoje é por umas partes boa e por outras não [...] **Agora é ruim porque tudo que a gente faz tem que ter uma pessoa mais do que a gente. Para a gente se colocar, para a gente arrumar um lugar para a gente fazer qualquer coisa. Tudo é preciso de outra pessoa tá no meio, né? [grifo meu]** Antigamente não era assim, antigamente você morava aqui e dizia: eu vou abrir um lugarzinho ali, eu vou fazer em outro lugar. Aí já metia o terçado, abria, e fazia um paiolzinho, uma choupana, ia para debaixo. Ou então fazia uma casinha. A vida era assim. Agora não, tudo tem que ter uma reunião, tem que ter uma palestra, tem que ter um negócio. Por isso eu não acho bom não, acho ruim.

A influência ideológica e o conjunto de políticas voltadas para aprofundar a mercantilização dos bens naturais implicaram na perda de representatividade das organizações dos seringueiros e, com isso, procedeu-se uma fragilização considerável do projeto original das Reservas Extrativistas. Perda de autonomia que já estava presente desde o Sistema Nacional de Unidades Conservação (SNUC).

A pesquisa realizada por [3] sinaliza que a “florestania” provocou influências significativas nos modos de agir dos seringueiros, que ficaram mais fragilizados, principalmente do ponto de vista político. Por isso, também é razoável pensar que podem ter sido “forçados” a aceitar fazer coisas que nem gostariam, como por exemplo, a introdução do manejo “sustentado” de madeira em suas comunidades.

Em uma entrevista do seringueiro e sindicalista Osmarino Amâncio Rodrigues, publicada por [18], são apresentadas pistas importantes a esse respeito. Destaca Osmarino o carisma dos governantes e o poder de persuasão dos assessores do “Governo da Floresta” no processo de convencimento dos seringueiros.

[...] só que hoje nós estamos nos deparando com algumas políticas que na época nós combatemos, as grandes madeireiras, o latifúndio, o grande latifúndio improdutivo, combatemos a garimpagem na Amazônia, combatemos as políticas de substituição agrária que a gente chamava que era a colonização. **O movimento se deixou levar pela simpatia e o carisma desses governantes, porque eles colocam pessoas lá com muita capacidade, você conversa com um secretário ou algum assessor político e se você não tiver participado do movimento, se você não tiver tido de início acompanhado, você jura que o cara tá certo [grifamos].**

Sobre o manejo de madeira, Gomercindo Rodrigues, um dos assessores mais próximos de Chico Mendes, em entrevista concedida para [3], afirmou ser totalmente contrário. No relato de Gomercindo percebe-se, inclusive, uma provável posição crítica que Chico Mendes teria, e faria se vivo fosse, acerca da exploração madeireira em áreas de reserva e assentamentos extrativistas. A mesma percepção possui a seringueira Maria Mendes do Nascimento quando, assertivamente, afirmou também para [3] que possuía certeza que se Chico Mendes fosse vivo seria contra o manejo de madeira.

[...] **eu tenho certeza que Chico Mendes seria contra esse manejo madeireiro.** [grifo meu] Porque ele era uma pessoa que pensava muito pelo lado da gente. E a gente ver que isso não tem futuro para o seringueiro. Pois a gente vai vender pelo preço que eles quiserem. Nós, que não entende de madeira vamos vender pelo preço que eles quiserem. E eles vão vender lá por um preço bem maior. E nos vamos ficar sem a madeira e sem a floresta. E sem dinheiro. Porque agora temos como trabalhar com a borracha e a castanha e não precisamos de manejo.

Os diálogos travados com as falas de seringueiros encontradas no trabalho de [3] propiciam condições para inferir que os sonhos de Chico Mendes eram verdadeiramente diferentes daqueles que o “Governo da Floresta” apregoava em seu discurso. Chico Mendes sonhava em “[...] criar perspectivas para os filhos dos seringueiros”, mas de forma que “[...] não se sentissem tentados a sair da floresta”. Para Gomercindo Rodrigues apud [3], o que Chico Mendes verdadeiramente desejava era “[...] criar alternativas de exploração não madeireira no interior da floresta”. Pois “[...] percebia que os jovens iam casando e tendo filhos. E como o território é o mesmo, não teria estrada de seringa para todo mundo cortar”.

Como já assinalado, a ideia central no início da “florestania” era explorar racionalmente a única “vantagem comparativa” acreana: a floresta. Mas como as iniciativas relacionadas com recursos não madeireiros apresentaram problemas de viabilidade, optou-se por uma espécie de priorização do manejo madeireiro. Exploração que, a partir das primeiras experiências concretas, provocou repercussões fortes em todo o Estado do Acre. A atividade impactou no modo de vida daqueles que a aderiram (como em todo tecido social organizativo). Isso porque a estratégia do manejo de madeira dividiu as representações e movimentos sociais, como também dividiu sindicatos e seringueiros.

Na região de Xapuri, a pesquisa de [3] sinalizou que no interior das “comunidades” que aceitaram fazer a exploração aconteceram fortes divergências e divisões. Para uns, o manejo era a legalização do desmatamento. Para outros, uma forma de evitar o predomínio da

pecuária. A exploração comercial de madeira dividiu inclusive aliados do ambientalismo. Apareceram alguns seringueiros mais “privilegiados” que outros. Como também apareceram aqueles que, além da venda de madeira, passaram a receber bolsas para difundirem a ideia da venda da madeira. Enquanto isso, os ganhos financeiros da atividade ficavam, em sua maior parte, para uma única indústria exploradora.

No ano de 2007 o discurso do “desenvolvimento sustentável” se modifica. Exatamente quando a ONU introduz uma nova produção discursiva ao lançar o Programa Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB, na sigla em inglês). A partir de então, a proposta não era mais usar os recursos naturais para não correr o risco de perdê-los. A nova ideia passou a centrar-se em precificá-los, visando mantê-los intocados. Iniciava-se na região acreana outro período de mudanças. Agora seria a vez dos serviços ambientais, dos REDD ou REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamentos e Degradação Florestal).

O marco de transição para o novo discurso no Acre é a aprovação, na Assembleia Legislativa, do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA). Através dessa Lei (Nº 2.308 de outubro de 2010), o “Governo da Florestania” novamente adaptava, na política local, as propostas das organizações multilaterais, como também “autorizava a si mesmo, por meio da criação de institutos, comissões e uma agência, a criar e a alienar créditos resultantes de serviços ambientais” [19].

“... a nova produção discursiva do desenvolvimento sustentável, em contraste com o lema do “clássico” “use-o ou perca-o”, passou a ser a de agregar valor financeiro aos recursos e processos naturais ameaçados ao se comprometer em mantê-los intocados, ou seja, não usá-los. Dessa forma, os moradores das florestas passam a ser descritos como “guardiões da floresta” e, de fato, privados de seu direito de livre interação com os elementos da natureza, passam a preencher no cenário da Economia Verde a função de imóveis espantalhos culturais, tendo a única atribuição de vigilância para que os processos de acumulação de capital, a partir de seu território, ocorram imperturbados”.

Mesmo que não se admita uma estratégia “pensada” do capital quando disponibilizou (e ainda disponibiliza) recursos financeiros a baixo custo para a região (estratégia de limpar territórios para futura exploração das riquezas, por exemplo), não é possível deixar de considerar a recente guinada do “desenvolvimento sustentável” rumo à precificação dos bens naturais. Esta reconfiguração está, na prática, se tornando uma grande oportunidade para a reprodução capitalista e abrindo os caminhos para novos mecanismos mercadológicos na região. Caminhos que transformam bens comuns impróprios em mercadorias.

Vale acrescentar que esse e outros argumentos apresentados parecem confirmar denúncias apresentadas em [20], divulgado em 2011 por um grupo de trinta organizações sociais de defesa ambiental e dos direitos humanos na Amazônia. Nesta “carta” apontou-se que o capital internacional, com um indisfarçável apoio estatal brasileiro promovia:

[...] duas formas de re-territorialização na região amazônica. De um lado, expulsa povos e comunidades do território (como é o caso dos grandes projetos como as hidrelétricas) [...] De outro, tira a relativa autonomia daqueles que permanecem em seus territórios, como é o caso das áreas de conservação ambiental. Tais populações até podem permanecer na terra, mas já não podem utilizá-la segundo seu modo de vida. Sua sobrevivência não seria mais garantida pelo roçado de subsistência - convertido em ameaça ao bom funcionamento do clima do planeta -, mas por “bolsas verdes”, que, além de insuficientes, são pagas para a manutenção da civilização do petróleo.

Dessa maneira é possível afirmar que muita coisa ainda se esconde por trás de todo o processo. Sendo a “limpeza do território”, com objetivos de exploração das riquezas que a floresta poderá propiciar no futuro, uma questão que merece atenção especial. Questão que, inclusive, deveria ser melhor considerada pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como reflexão final, afirma-se que a proposta de nome simpático denominada de “desenvolvimento sustentável”, que foi apresentada a sociedade acreana pela “Florestania” em 1999 com uma roupagem da exploração racional inteligente da floresta, e que depois se sofisticou ao procurar precificar e agregar valor financeiro aos recursos e processos naturais ameaçados, tratou-se, somente, de uma forma de tentar dar solução para algo que não tem solução. Em outros termos: configurou-se em uma resposta para a crise do capital em sua vertente dominante - o capital financeiro - visando dar continuidade ao processo de reprodução.

Observa-se que o discurso do “desenvolvimento sustentável” foi incorporado por diversos atores acreanos, institucionais ou não, públicos e privados, ora valorizando um ou outro de seus pilares (econômico, social, ambiental, territorial). Instituições públicas, organizações não governamentais, empresas, setores produtivos e meios de comunicação garantiram estar implantando um “novo tipo de desenvolvimento”, todavia “as falas dos de

baixo” nem sempre disseram “sim” ao processo. Além disso, os resultados alcançados são bastante questionáveis.

REFERÊNCIAS

- [1]. MAIA, J. S. da. **A florestania, o desenvolvimento (in)sustentável e as novas fronteiras da sociodiversidade no vale do Rio Acre na virada do século XX: o caso dos trabalhadores extrativistas**. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- [2]. PALZA SILVA, Sheila Maria. **Políticas Públicas e Ambientalismo no Agroamazônico: um estudo de caso do Acre (1999-2010)**. Tese (Doutorado em Ciências). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2012.
- [3]. CASTELO, Carlos E. F. **Experiências de seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e outras histórias**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: USP, 2014.
- [4]. SANTOS, Boaventura de Souza & MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina, 2009.
- [5]. GUIMARÃES JUNIOR, Isac Souza. **A Construção Discursiva da Florestania. Comunicação, identidade e política no Acre**. Dissertação de Mestrado, UFF. Niterói, 2008.
- [6]. ACRE. Governo do Estado do. **Acre em números**. Rio Branco, 2011.
- [7]. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ACRE – FIEAC. **Indicadores Industriais do Acre**. Rio Branco, 2004 (mimeo)
- [8]. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2004/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2004>>. Acessado em 03/09/2020.
- [9]. OLIVEIRA DA SILVA, J. e GOMES DA SILVA, R. **Relatório de Pesquisa. PIBIC/UFAC/BIOMA**. Departamento de Economia. UFAC, 2010.
- [10]. MOUZINHO NUNES, Gerliano. **Gestão de Cooperativas Agroextrativistas nas regionais do Vale do Acre: bases para planejar o desenvolvimento regional**. Dissertação de Mestrado. MDR/UFAC, 2008.
- [11]. NORA, Pierre. “*Entre memória e história: a problemática dos lugares*”. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.
- [12]. DE ANTONI, Giorgio. **O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e a Globalização da Amazônia**. Ambiente e Sociedade. Campinas. v. XIII, n. 2. p. 299-313. jul-dez 2010.
- [13]. PORFIRIO DA SILVA, J. (Coord.). **Arranjos Produtivos Locais no estado do Acre: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para política de apoio**. Projeto: Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. Nota Técnica 02. Rio de Janeiro: BNDES: RedeSist, 2009.
- [14]. TEIXEIRA DA SILVA, Alberto. **Governança global na Amazônia: O programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil**. Novos Cadernos NAEA, v.14, n.2, p-219-236, 2011.

- [15]. PAULA, Elder Andrade de. **Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2003.
- [16]. SCHMINK, M *et. al.* **Acompanhamento para o Manejo Florestal Comunitário no Projeto Cachoeira, Acre, Amazônia, Brasil**. CIFOR & AMAZON, 2007.
- [17]. CAMELY, N. C. **A Geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o Estado do Acre**. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFF, 2009.
- [18]. PAULA, Elder Andrade de & SILVA, Silvio Simione da (orgs.). **Trajatória das lutas camponesas na Amazônia acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006.
- [19]. SCHMIDLEHNER, Michael F. “*Os desdobramentos do capitalismo de desastre no Acre - a adicionalidade do medo*”. In: **Contra Corrente: territórios de disputa**. Rede Brasil, número 5, outubro de 2012.
- [20]. Carta do Acre. Disponível em <<http://altino.blogspot.com.br/2011/10/carta-do-acre.html>>.